

Pontos Controvertidos sobre a
Lei da Ficha Limpa





Copyright © 2016 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

9818 Pontos Controvertidos sobre a Lei da Ficha Limpa. / ANPR.

Belo Horizonte: Del Rey; ANPR, 2016.

232p.

ISBN 978-85-384-0458-3

1. Brasil. [Lei da ficha limpa (2010)]. I. Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

CDU: 342.8(81)(094)

1224460

Editor: Arnaldo Oliveira

Editor Adjunto: Ricardo A. Malheiros Fiuza

Editora Assistente: Waneska Diniz

Coordenação Editorial: Wendell Campos Borges

Diagramação e Projeto gráfico: Júlio César Américo Leitão

Revisão: Carmem Menezes

EDITORA DEL REY LTDA.

www.livrariadelrey.com.br

Editora / MG

Rua dos Goitacazes, 71 – Sala 709-C – Centro

Belo Horizonte – MG – CEP 30190-050

Tel: (31) 3284-5845

editora@delreyonline.com.br

SUMÁRIO

Apresentação	03
Prefácio	05
Aspectos controvertidos da inelegibilidade prevista na alínea “e” da Lei Complementar n. 64/1990	11
<i>André de Carvalho Ramos</i>	
Alínea “n”: uma impropriedade terminológica sem solução?.....	37
<i>Andrea Ribeiro de Gouvêa</i>	
Artigo 1º, inciso I, alínea “h”, da Lei Complementar n. 64/1990 – Inelegibilidade por abuso do exercício da função pública à luz da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral	53
<i>Ângelo Goulart Villela</i>	
As hipóteses de inelegibilidades decorrentes de perda de mandato legislativo e perda do cargo do Chefe do Poder Executivo estadual, distrital e municipal – alíneas “b” e “c” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar n. 64/1990	63
<i>Caetano Alberto Martins Botelho</i>	
Revisitando o art. 22, XIV, da LC n. 64/1990: a inconsistência teórica da dicotomia entre inelegibilidades como efeitos secundários (art. 1º, inciso I) e como sanção (art. 22, XIV) e a discussão no RE n. 929.670/DF	77
<i>Carlos Eduardo Frazão</i>	
Inelegibilidade profissional: breves esclarecimentos acerca dos pressupostos de incidência	95
<i>Eduardo Costa Resende</i>	
Inelegibilidade decorrente de abuso do poder econômico ou político: artigo 1º, I, “d”, da Lei Complementar n. 64/1990	107
<i>João Heliofar de Jesus Villar</i>	

Renúncia a mandato eletivo: a inelegibilidade da alínea k do inciso I do artigo 1º da Lei Complementar n. 135/2010.	129
<i>Kamila Marques Rodrigues</i>	
Lei da Ficha Limpa e a inelegibilidade decorrente da condenação por improbidade administrativa	139
<i>Livia Nascimento Tinoco</i>	
Dos erros, o plural	157
<i>Luiz Carlos dos Santos Gonçalves</i>	
Problematizando o art. 26-C, caput, e o § 2º, da Lei Complementar n. 64/1990: análises descritiva e prescritiva da atual jurisprudência do TSE	169
<i>Luiz Fux</i>	
O financiamento das campanhas eleitorais e suas atuais divergências	181
<i>Patrick Salgado Martins</i>	
A causa de inelegibilidade do artigo 1º, inciso I, alínea “o”, da Lei Complementar n. 64/1990, à luz da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral	195
<i>Paulo Renato Garcia Cintra Pinto</i>	
A inelegibilidade gerada (?) pela rejeição de contas: o art. 1, I, “g” da Lei Complementar n. 64/1990.	205
<i>Rodrigo Tenório</i>	
Inelegibilidades supervenientes e o artigo 15 da Lei Complementar n. 64/1990	221
<i>Silvana Batini</i>	